Depoimento da Comissão de Trabalhadores da Agência Lusa
na comissão parlamentar de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Assembleia da República, 04 de janeiro de 2017

– x –

Senhora presidente da comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Dra. Edite Estrela,
senhoras deputadas,
senhores deputados,

A Comissão de Trabalhadores (CT) da Lusa quer começar por salientar a pertinência desta iniciativa parlamentar sobre a Agência, apesar de juntar questões conjunturais com estruturais, e agradecer a oportunidade que lhe é dada de apresentar algumas ideias.

Com efeito, a Lusa é demasiado importante para o país, tal como demasiado turbulento é o estado do setor em que se insere, para, sem mais, a sua qualidade ser dada como garantida e o seu futuro como adquirido – e muito menos deve ser analisada segundo estados de alma.

O seu escrutínio e a sua avaliação, que devem ser frequentes e exigentes, têm nos trabalhadores da Lusa os principais interessados.

O grande problema da Agência é o da indefinição da estratégia.

Basta ver o que está no seu sítio oficial na internet sob o 'chapéu' Estratégia.

No máximo está ali algo próximo da trilogia clássica 'missão, visão, valores'.

Mas estratégia é outra coisa.

A missão pode ser definida como a prestação, enquanto única agência noticiosa nacional, de um serviço noticioso e informativo de interesse público com qualidade, isto é, garantir o que o mercado não garante.

A visão, querer ser a referência no panorama mediático português, pela credibilidade, pertinência e rigor do seu produto.

Os valores estão em muito consagrados no código deontológico dos jornalistas (para referir só estes profissionais) mas, à semelhança de outras empresas, podem explicitar-se também a integridade pessoal, a procura da excelência e o alargamento do respeito por terceiros à natureza.

A estratégia é acompanhar, expor, noticiar o essencial, o importante, o relevante, com recurso a tecnologias modernas, considerando Portugal e os

portugueses, com a preocupação de aumentar, criar, divulgar conhecimento sobre acontecimentos, temas, locais, personalidades.

A estratégia implica capacidade de análise, antecipação e classificação e requer financiamento e recursos humanos, liderança incluída.

A trilogia estratégia/financiamento/liderança tem de ser considerada sempre de forma integrada.

As práticas resultantes, que se desejam boas, devem ser avaliadas de forma crítica e divulgadas, designadamente através de ações de formação abertas a outros meios de comunicação e estudantes de jornalismo.

A indefinição estratégica tem consequências, como o predomínio da conjuntura, o navegar à vista, a pressão do imediato, o peso do comunicado, a lógica reativa, as lamúrias do peso da agenda.

Mas a principal tem sido a estruturação da empresa em função de confianças relativas e subjetivas várias.

Tal estruturação, com sacrifício de critérios técnicos, objetivos e públicos, conflitua com primados profissionais e de maximização dos recursos disponíveis, designadamente humanos, tem resultados negativos e impede ganhos, como os associados a uma '*brand extension*'.

Entre as consequências negativas da ausência de uma cultura de meritocracia está desde logo a *mudança do diretor de Informação*, por norma depois das eleições (hábito este, saliente-se, quebrado pela atual administração), e a subsequente *mudança de chefias* sem ser avançada qualquer razão, como uma elementar apreciação técnico-profissional do desempenho dos mudados, ou motivo para a indicação dos novos.

Com uma estrutura de chefia montada na base subjetiva da confiança, as exigências e apreciações profissionais ficam afetadas.

Assim, as várias direções de Informação ignoraram sucessivamente as *avaliações de desempenho* feitas pelas suas antecessoras. A descredibilização deste instrumento levou inclusive ao seu abandono.

Mas também se pode mencionar a ausência de consequências, em termos de apuramento de responsabilidades, quer do reconhecimento pelo anterior diretor de Informação de que existia "*desleixo*" no fio noticioso da Lusa, quer dos erros e omissões graves patentes no *Prontuário*, uma publicação de 'emblema' que se mantém em acesso público, apesar de já terem sido feitos os alertas devidos.

É também aqui que entroncam os arremedos de *formação*, sem diagnóstico das necessidades nem avaliação posterior, ou as *escolhas de delegados* para o estrangeiro feitas de forma opaca (está em curso uma tentativa de dar

transparência do processo, mas que, no nosso entender, no essencial, deixa tudo na mesma).

Continua a ser a indefinição estratégica que explica os acentuados *contrastes nas prioridades editoriais*, como a forte mobilização para a cobertura de espetáculos musicais e a incapacidade, por exemplo, de ir ouvir Noam Chomsky à Fundação Calouste Gulbenkian, a quatro estações de 'metro' da sede da Lusa.

Ou ainda a *retórica inconsequente,* como a disposição contratual não concretizada da presença da Agência em países considerados parceiros privilegiados de Portugal, como Argélia, Marrocos, Austrália, Itália, África do Sul ou Luxemburgo, ou unidades políticas com ligações lusófonas, como o Estado indiano de Goa, classificada como "obrigação inerente à prestação do serviço noticioso e informativo de interesse público".

Por fim, mencionem-se os sucessivos *planos de internacionalização*, que se reduziram a perdas financeiras ou meras declarações de intenções, ou *outros projetos* que surgem como apostas, mas que rapidamente são descontinuados, resultado de análises deficientes, quando existentes, ou da pressão de apresentar 'obra feita', independentemente de custo, relevância ou pertinência.

Por outro lado, a estruturação das relações profissionais com base em afinidades, proximidades e preferências subjetivas deteriora o *ambiente de trabalho*, o que cria situações em que os limites da urbanidade são ultrapassados e dão azo a lógicas punitivas.

Posto isto, cremos que está claro que a concretização da missão da Lusa tem vários riscos e obstáculos.

O principal risco, repete-se, é o da ausência ou indefinição de estratégia, o que pode ser uma estratégia em si, se houver vontade de reduzir a Agência à irrelevância.

A vontade do acionista Estado é decisiva, apesar da existência de acionistas privados, o que requererá outra discussão.

E é a propósito desta vontade que a CT tem de expressar a sua perplexidade com o episódio da proposta orçamental para 2017, em que o governo avançou um valor que era igual ao do governo PSD/CDS, depois de o ter aumentado em 2016, com o ministro da tutela, Luis Castro Mendes, a justificar que queria "reequacionar" o contrato com a Lusa.

Depois de os trabalhadores da Agência se terem mobilizado, a proposta desapareceu como tinha aparecido – sem qualquer explicação.

A importância do episódio está no que pode revelar da vontade do acionista de referência da empresa para esta. A CT tem reunido com os ministros da tutela para conhecer o seu pensamento e discutir a situação da Lusa com eles. Fê-lo com Miguel Poiares Maduro e João Soares, mas o atual

titular da Cultura ainda não respondeu aos nossos pedidos de reunião, pelo que desconhecemos a sua visão da Agência.

Para acabar, em termos de futuro e soluções, a CT da Lusa crê que tudo passa pela vontade de **discutir a situação e o futuro**, com o envolvimento dos parceiros relevantes, e de **sujeitar as políticas definidas a avaliação**.

De forma geral, a competência e a transparência devem ser os critérios de fundamento e estrutura das decisões.

Muito obrigado.

Lisboa, 04 de janeiro de 2017.